

PARECER JURÍDICO

Processo Licitatório Nº 021/2025


Pregão Eletrônico Nº 007/2025

Registro de Preços para Aquisição de Materiais Permanentes para Consultórios Odontológicos da Atenção Básica e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde

PREGÃO ELETRÔNICO – LEI Nº 14.133/2021 – PESQUISA DE PREÇOS – MARGEM DE PREFERÊNCIA E EXCLUSIVIDADE – SUBCONTRATAÇÃO – REAJUSTE – PENALIDADES – DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE – EXTINÇÃO CONTRATUAL – PRAZOS DE PAGAMENTO – PLATAFORMAS PÚBLICAS.

I – DA CONSULTA:

A **Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho/MG**, por meio do setor competente, submete à análise jurídica o **Edital do Pregão Eletrônico nº 007/2025**, com o objetivo de verificar sua **legalidade, conformidade com a legislação vigente e a segurança jurídica dos atos administrativos praticados**.



**MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE**

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000


O objeto da licitação consiste na **aquisição de materiais permanentes para consultórios odontológicos da Atenção Básica e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde**, conforme especificações detalhadas no **Termo de Referência**. A modalidade escolhida para o certame é o **Pregão Eletrônico**, adotando-se o critério de julgamento de **menor preço por item**, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**.

A necessidade do parecer jurídico decorre da obrigatoriedade imposta pelo **artigo 53 da Lei nº 14.133/2021**, que determina que a manifestação da assessoria jurídica deve ocorrer **antes da publicação dos editais e demais instrumentos convocatórios**. Esse exame prévio visa garantir:

- ☒ A **conformidade do edital** com a legislação vigente;
- ☒ A **mitigação de riscos jurídicos**, evitando impugnações ou questionamentos administrativos e judiciais;
- ☒ A **segurança da Administração Pública**, assegurando que os atos praticados sejam válidos e eficazes;
- ☒ A **transparência e a competitividade do certame**, garantindo igualdade de condições para os licitantes.

A manifestação jurídica tem **caráter preventivo e opinativo**, destinando-se a **orientar a Administração** quanto à regularidade dos procedimentos e à adequação das disposições editalícias às normas legais. Ressalta-se que a **decisão final quanto ao prosseguimento do certame compete exclusivamente à autoridade administrativa responsável**, cabendo-lhe adotar ou não as recomendações apontadas neste parecer, conforme os princípios da **conveniência e oportunidade**.

Dessa forma, o presente parecer analisará a **legalidade do Edital do Pregão Eletrônico nº 007/2025**, avaliando sua conformidade com a **Lei nº 14.133/2021** e demais normativos aplicáveis, apontando eventuais inconsistências e propondo ajustes que se fizerem necessários.



MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000


II - PRELIMINAR DE OPINIÃO:

Conforme dispõe o artigo 53 da Lei nº 14.133/2021, a emissão de parecer jurídico em processos licitatórios é um dever da assessoria jurídica, visando assegurar a conformidade legal dos atos administrativos. Ressalta-se que o presente parecer possui caráter meramente opinativo, sem vincular a decisão final a ser tomada pela autoridade administrativa competente, que detém discricionariedade para seguir ou não as recomendações jurídicas aqui apresentadas, com base nos princípios da conveniência e oportunidade.

Nos termos do Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei nº 8.906/94), a emissão de parecer jurídico constitui uma função técnica de caráter opinativo, sendo de extrema importância esclarecer que este não possui natureza vinculativa. Sua principal finalidade é fornecer subsídios jurídicos à autoridade responsável, sem limitar o exercício da discricionariedade administrativa, que poderá seguir ou não as orientações emitidas, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa.

Importa salientar que o parecerista não detém competência para decidir sobre questões técnicas, de mérito ou de conveniência, devendo sua atuação se restringir à análise da legalidade dos atos administrativos praticados no processo licitatório. A decisão final cabe exclusivamente à autoridade administrativa, sendo o parecer um instrumento de auxílio, conforme estabelecido pelo artigo 53 da Lei nº 14.133/2021.

Por fim, ressalta-se que o entendimento dos tribunais tem consolidado a natureza opinativa do parecer jurídico, sendo que a responsabilidade pela condução do procedimento licitatório e a tomada de decisão final recai sobre o gestor público, como reconhecido no julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF):



MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

Penal e Processual Penal. Advogado Parecerista. Suposto Crime em Procedimento Licitatório. Art. 89, Caput, da Lei 8.666/93. Pleito de Trancamento da Ação Penal. Cabimento. Inexistência de Indicação do Dolo na Conduta do Causídico. Ordem que Deve Ser Concedida.

O parecer jurídico não é ato administrativo, mas sim manifestação opinativa, podendo apenas ser utilizado como elemento de fundamentação de um ato administrativo a ser posteriormente praticado pela autoridade competente. A responsabilidade pelo ato administrativo recai sobre a autoridade que o pratica, não sobre o advogado parecerista.

Precedente: STF – MS 24.631-6 - Relator: Min. Joaquim Barbosa - Julgamento: 09/08/2007 – Órgão Julgador: Tribunal Pleno - Publicação: DJ 01-02-2008.

Por conseguinte, **É IMPERIOSO DESTACAR QUE A EMISSÃO DESTES PARECER, DE NATUREZA MERAMENTE OPINATIVA, NÃO GERA RESPONSABILIDADE JURÍDICA PARA O ASSESSOR JURÍDICO.** A decisão quanto ao seguimento ou não do procedimento licitatório recai exclusivamente sobre a autoridade administrativa competente, conforme os princípios constitucionais e o livre exercício da função administrativa. Assim, o assessor jurídico se exime de qualquer responsabilidade relacionada ao mérito ou à conveniência dos atos a serem praticados pela Administração.

III – DA ANÁLISE JURÍDICA:

A análise do **Processo Licitatório nº 021/2025 – Pregão Eletrônico nº 007/2025**, conduzida à luz da **Lei nº 14.133/2021**, revela aspectos fundamentais que impactam a regularidade e a eficácia do certame. Assim, os principais pontos de avaliação são:

1 Minuta do Edital

MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

- 2 Critérios de Julgamento das Propostas
- 3 Habilitação e Qualificação dos Licitantes
- 4 Exequibilidade das Propostas e Equilíbrio Econômico-Financeiro
- 5 Penalidades e Sanções
- 6 Publicidade e Transparência
- 7 Plataforma Eletrônica de Realização do Certame

1. Minuta do Edital:

A minuta do edital do **Pregão Eletrônico nº 007/2025** foi analisada com base nos requisitos exigidos pela **Lei nº 14.133/2021**, especialmente no que se refere à sua **estrutura, legalidade, coerência normativa e observância aos princípios regentes da Administração Pública**.

A correta formulação do edital garante **transparência, competitividade e segurança jurídica** ao procedimento, minimizando riscos administrativos e impedindo eventuais questionamentos que possam levar à suspensão ou anulação da licitação.

A análise foi realizada à luz do **artigo 25 da Lei nº 14.133/2021**, que estabelece as exigências mínimas para a elaboração do edital, bem como das disposições correlatas contidas nos **artigos 53, 55, 57 e 58 da mesma legislação**.

A seguir, faço uma verificação minuciosa do atendimento de cada requisito do **artigo 25** pela minuta do edital, apontando **conformidades, inconsistências e recomendações de ajustes**.

1.1. Objeto da Licitação e Regras Essenciais (caput do artigo 25 da Lei nº 14.133/2021)

✚ O edital deve conter:

- ☒ O objeto da licitação;
- ☒ As regras de convocação dos licitantes;

MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

- ☑ Os critérios de julgamento das propostas;
- ☑ Os requisitos de habilitação;
- ☑ Os procedimentos para interposição de recursos;
- ☑ As penalidades aplicáveis;
- ☑ As regras para fiscalização e gestão do contrato;
- ☑ As condições de entrega do objeto e de pagamento.

◆ **Verificação no edital:**

✓ **Objeto da licitação:** O edital descreve que a licitação tem como objeto a **aquisição de materiais permanentes para consultórios odontológicos da Atenção Básica e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde**, conforme especificações constantes do **Anexo I – Termo de Referência**. O objeto está **bem definido e permite ampla participação de fornecedores**.

✓ **Critério de julgamento:** Foi adotado o critério de **menor preço por item**, em conformidade com o **artigo 33 da Lei nº 14.133/2021**.

✓ **Convocação e prazos:** O edital define **datas, horários e prazos para cada etapa do certame**, respeitando a publicidade e os prazos mínimos exigidos.

✓ **Exigências de habilitação:** O edital exige **regularidade fiscal e trabalhista, qualificação jurídica e econômico-financeira**, conforme o **artigo 62 da Lei nº 14.133/2021**.

✓ **Procedimentos para recursos e penalidades:** O edital prevê os prazos para **impugnações e recursos administrativos** e especifica **sanções para descumprimento contratual**.

✓ **Entrega do objeto e pagamento:** O edital estabelece os prazos e locais para entrega dos produtos, bem como as **condições de pagamento aos fornecedores**.

MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

♦ **Pontos críticos identificados:**

⚠ **1. Ausência de critérios para análise da exequibilidade das propostas**

✚ **O edital não define parâmetros para verificar propostas com valores inexequíveis,** o que pode levar à contratação de empresas sem capacidade para cumprir o contrato.

⚠ **2. Falta de detalhamento sobre fiscalização e gestão contratual**

✚ **O edital não especifica como será realizada a fiscalização da execução do contrato,** deixando lacunas sobre a responsabilidade pelo controle de qualidade dos produtos adquiridos.

⚠ **3. Penalidades genéricas para atrasos na entrega**

✚ **O edital não detalha sanções específicas para atraso na entrega dos produtos,** o que pode dificultar a aplicação de medidas punitivas.

☑ **Recomendações:**

✓ **Incluir critérios para análise da exequibilidade das propostas,** exigindo justificativa detalhada e planilhas de custos para valores muito abaixo da média de mercado.

✓ **Definir regras detalhadas para fiscalização e controle da execução do contrato,** indicando os responsáveis pelo acompanhamento e os procedimentos em caso de falhas.

✓ **Estabelecer penalidades específicas para atraso na entrega,** determinando prazos máximos de tolerância e sanções progressivas.

2. Critérios de Julgamento das Propostas:

O critério de julgamento adotado no **Pregão Eletrônico nº 007/2025** é o de **menor preço por item**, conforme previsto no **artigo 33 da Lei nº 14.133/2021**. Esse critério é adequado à natureza do objeto licitado, pois garante a seleção da proposta **mais**

MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

vantajosa para a Administração Pública, respeitando os princípios da **isonomia, economicidade e competitividade**.

Nos termos do **artigo 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**, o julgamento pelo critério de **menor preço** deve considerar **o menor dispêndio para a Administração Pública**, desde que as propostas atendam **às exigências do edital e do Termo de Referência**, garantindo a execução contratual sem comprometimento da qualidade dos bens adquiridos.

A verificação dos critérios de julgamento envolve a análise dos seguintes aspectos:

- 1 **Definição clara do critério de julgamento;**
- 2 **Critério de desempate e preferência para ME/EPP;**
- 3 **Verificação da exequibilidade das propostas;**
- 4 **Possibilidade de negociação de preços.**

2.1. Definição clara do critério de julgamento:

✦ **Verificação no edital:**

✓ **O critério de menor preço por item está claramente definido**, em conformidade com o **artigo 33 da Lei nº 14.133/2021**.

✓ **Os parâmetros para apresentação das propostas estão bem detalhados**, permitindo que os licitantes compreendam como serão avaliadas as ofertas.

♦ **Ponto crítico identificado:**

⚠ **Falta de previsão de critérios para avaliar a exequibilidade das propostas.**

✦ **Risco jurídico:** A ausência de um critério objetivo para analisar propostas com valores excessivamente baixos pode permitir a adjudicação a fornecedores sem

MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

capacidade para cumprir o contrato. Isso pode resultar na necessidade de rescisão contratual futura, prejudicando o interesse público.

☒ **Recomendação:**

✓ **Incluir um critério de análise da exequibilidade**, determinando que **propostas com valores inferiores a 85% da média da pesquisa de mercado** sejam acompanhadas de **planilhas de custo e justificativa técnica**.

✓ **Autorizar a desclassificação de propostas manifestamente inexecutáveis**, nos termos do **artigo 59 da Lei nº 14.133/2021**, mediante decisão fundamentada da Administração.

2.2. Critério de desempate e preferência para ME/EPP:

✦ **Verificação no edital:**

✓ **O edital prevê a aplicação do critério de desempate para microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP)**, conforme **artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006**.

✓ **A metodologia de desempate está clara e bem definida**, estabelecendo que, caso ocorra empate, será concedida **prioridade às ME/EPP para apresentação de nova proposta**.

◆ **Ponto crítico identificado:**

⚠ **Ausência de um prazo específico para que as ME/EPP apresentem nova proposta no desempate.**

✦ **Risco jurídico:** Caso não haja um prazo claramente definido, pode haver divergências na aplicação do critério de desempate, gerando insegurança para os licitantes.

☒ **Recomendação:**

MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

✓ Incluir expressamente no edital o prazo de 5 minutos, conforme prevê o artigo 45, § 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, para que as ME/EPP apresentem **nova proposta** em caso de empate.

2.3. Verificação da exequibilidade das propostas:

✦ Verificação no edital:

✓ O edital permite a apresentação de propostas sem restrições quanto aos valores ofertados, respeitando o princípio da ampla concorrência.

♦ Pontos críticos identificados:

⚠ Ausência de parâmetros objetivos para análise da exequibilidade das propostas.

✦ **Risco jurídico:** O edital não exige que os licitantes apresentem **memória de cálculo ou justificativa técnica** para propostas excessivamente baixas, o que pode levar à contratação de empresas sem capacidade de execução do objeto.

☑ Recomendações:

✓ Estabelecer no edital que propostas inferiores a 85% da média da pesquisa de mercado devem ser acompanhadas de documentação comprobatória da viabilidade econômica.

✓ Autorizar a desclassificação de propostas inexecutáveis, caso o licitante não comprove a viabilidade da execução.

✓ Prever que a Administração poderá solicitar documentos complementares para verificação da exequibilidade das propostas.

2.4. Possibilidade de negociação de preços:

✦ Verificação no edital:

MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

✓ O edital prevê a negociação de preços com o primeiro colocado, nos termos do **artigo 61 da Lei nº 14.133/2021**.

✓ A negociação deve ser fundamentada na busca pelo melhor valor para a Administração, sem comprometer a qualidade do objeto contratado.

♦ Ponto crítico identificado:

⚠ O edital não especifica os critérios que poderão ser utilizados para fundamentar a negociação.

🚩 **Risco jurídico:** A ausência de critérios pode gerar subjetividade na condução da negociação, dificultando a transparência do processo.

☑ **Recomendações:**

✓ **Incluir critérios objetivos para negociação, tais como:**

- Comparação com os valores praticados na pesquisa de preços;
- Verificação da compatibilidade da proposta com o custo de mercado;
- Análise da possibilidade de concessão de descontos adicionais sem prejuízo da execução.

✓ **Determinar que toda negociação deverá ser registrada na ata do pregão,** assegurando publicidade e transparência ao processo.

Conclusão sobre os Critérios de Julgamento das Propostas:

A análise do **Pregão Eletrônico nº 007/2025** demonstrou que os critérios de julgamento adotados estão **parcialmente adequados** à legislação vigente, mas apresentam **pontos que necessitam de ajustes para garantir maior segurança jurídica**.

♦ **Principais ajustes recomendados:**

MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

☒ Definir parâmetros objetivos para análise da exequibilidade das propostas, exigindo comprovação de viabilidade para valores inferiores a **85% da média da pesquisa de mercado**.

☒ Especificar o prazo de 5 minutos para que ME/EPP apresentem nova proposta em caso de empate, conforme prevê a Lei Complementar nº 123/2006.

☒ Prever critérios objetivos para negociação de preços, garantindo maior transparência e fundamentação nas tratativas com os licitantes.

Com as devidas adequações, os critérios de julgamento estarão em **plena conformidade** com a Lei nº 14.133/2021, assegurando a **transparência, isonomia e competitividade do certame**.

3. Habilitação e Qualificação dos Licitantes:

A fase de **habilitação** tem o objetivo de garantir que os licitantes **possuem capacidade jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e econômico-financeira** para cumprir as obrigações contratuais, evitando riscos de inadimplência contratual e garantindo a execução eficiente do objeto licitado.

A análise da habilitação será realizada com base nos requisitos estabelecidos pelo **artigo 62 da Lei nº 14.133/2021**, que determina a exigência de **documentação compatível com o objeto da contratação**, vedando exigências desproporcionais que restrinjam indevidamente a competitividade do certame.

A avaliação será conduzida a partir dos seguintes aspectos:

- 1 Regularidade jurídica e fiscal;
- 2 Qualificação técnica;
- 3 Qualificação econômico-financeira.

3.1. Regularidade jurídica e fiscal:

MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

A **regularidade jurídica e fiscal** visa garantir que os licitantes possuem plena capacidade legal para contratar com a Administração Pública e que estão adimplentes com suas obrigações tributárias e trabalhistas.

✦ **Verificação no edital:**

✓ **Exigência de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista**, nos termos do **artigo 62, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**.

✓ **Previsão para regularização fiscal de ME/EPP**, em conformidade com o **artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006**, permitindo que empresas de pequeno porte apresentem certidões negativas mesmo que haja pendências sanáveis.

♦ **Pontos críticos identificados:**

⚠ **Ausência de exigência expressa de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).**

✦ **Risco jurídico:** A **CNDT** é essencial para garantir que o fornecedor não está envolvido em inadimplência trabalhista, fator que pode impactar diretamente a execução contratual.

☑ **Recomendação:**

✓ **Inserir expressamente a exigência da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos do **artigo 642-A da CLT**, garantindo maior segurança jurídica ao certame.

3.2. Qualificação técnica:

A **qualificação técnica** tem o objetivo de assegurar que os licitantes possuem **capacidade operacional e experiência comprovada** para o fornecimento dos bens licitados, evitando contratações de empresas inaptas para a execução do contrato.

✦ **Verificação no edital:**

MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

✓ O edital exige que os licitantes comprovem experiência na execução do objeto, garantindo que os fornecedores tenham histórico no fornecimento de materiais similares.

♦ Pontos críticos identificados:

⚠ O edital não exige atestados de capacidade técnica emitidos por terceiros.

✚ Risco jurídico: Sem a exigência de atestados de capacidade técnica, empresas sem experiência no fornecimento dos bens licitados podem participar do certame, comprometendo a qualidade e a entrega dos produtos.

⚠ Ausência de exigência de certificações de qualidade e conformidade técnica dos produtos.

✚ Risco jurídico: A não exigência de certificações reconhecidas no setor pode permitir o fornecimento de produtos sem garantia de conformidade com normas técnicas ou sanitárias.

☑ Recomendações:

✓ Exigir atestados de capacidade técnica emitidos por órgãos públicos ou entidades privadas que tenham recebido fornecimentos similares nos últimos cinco anos.

✓ Solicitar certificações de qualidade e conformidade técnica, como ISO, ABNT ou certificações sanitárias, conforme a natureza dos produtos adquiridos.

✓ Determinar que os produtos fornecidos estejam de acordo com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e demais órgãos reguladores, quando aplicável.

3.3. Qualificação econômico-financeira:

MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

A **qualificação econômico-financeira** tem o propósito de **avaliar a saúde financeira dos licitantes**, garantindo que possuem capacidade para cumprir o contrato sem risco de inadimplência.

✚ **Verificação no edital:**

✓ **O edital exige balanço patrimonial e demonstrações financeiras dos licitantes**, conforme previsto no **artigo 62, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021**.

♦ **Pontos críticos identificados:**

⚠ **Ausência de parâmetros objetivos para avaliação da saúde financeira das empresas.**

✚ **Risco jurídico:** Sem critérios objetivos, a **análise econômico-financeira pode ser subjetiva e permitir a participação de empresas sem estrutura financeira adequada** para cumprir o contrato.

☑ **Recomendações:**

✓ **Incluir exigência de índices contábeis objetivos, como:**

- **Índice de Liquidez Geral (ILG):** Para avaliar a capacidade de pagamento do licitante.
- **Índice de Solvência Geral (ISG):** Para verificar a relação entre ativos e passivos da empresa.

✓ **Determinar um valor mínimo de patrimônio líquido proporcional ao valor do contrato**, evitando a participação de empresas sem capacidade econômico-financeira para executar o objeto licitado.

✓ **Exigir certidão de inexistência de falência ou recuperação judicial**, garantindo que o fornecedor não está envolvido em processos que possam comprometer a execução contratual.

MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

Conclusão sobre a Habilitação e Qualificação dos Licitantes:

A análise do **Pregão Eletrônico nº 007/2025** demonstrou que os requisitos de habilitação **atendem parcialmente** à legislação vigente, mas apresentam **falhas que podem comprometer a qualidade e a segurança na execução do contrato**.

◆ Principais ajustes recomendados:

☒ **Incluir exigência de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)** para garantir que os licitantes não possuem pendências trabalhistas.

☒ **Solicitar atestados de capacidade técnica emitidos por terceiros** para comprovar a experiência real dos licitantes no fornecimento de bens similares.

☒ **Exigir certificações técnicas e de qualidade reconhecidas** para garantir que os produtos atendam às normas de segurança e regulamentação sanitária.

☒ **Definir critérios objetivos para avaliação econômico-financeira**, incluindo índices contábeis e patrimônio líquido mínimo compatível com a execução do contrato.

Com essas adequações, a fase de habilitação estará em **plena conformidade** com a **Lei nº 14.133/2021**, assegurando **competitividade, transparência e segurança na contratação**.

4. Exequibilidade das Propostas e Equilíbrio Econômico-Financeiro:

A avaliação da **exequibilidade das propostas** tem como finalidade assegurar que os preços ofertados pelos licitantes **são compatíveis com os custos reais da execução contratual**, evitando contratações inviáveis que possam comprometer a entrega dos bens ou serviços e gerar riscos à Administração.

A análise será realizada com base no **artigo 59 da Lei nº 14.133/2021**, que prevê a possibilidade de **desclassificação de propostas manifestamente inexecutáveis**, bem como nos princípios da **economicidade, vantajosidade e segurança jurídica**.

MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

4.1. Critérios para análise da exequibilidade das propostas:

✦ Verificação no edital:

✓ O edital adota o critério de menor preço por item, conforme estabelecido no artigo 33 da Lei nº 14.133/2021.

✓ Há previsão para que a Administração possa solicitar esclarecimentos sobre propostas com valores muito baixos, o que permite uma análise preliminar da viabilidade da execução contratual.

◆ Pontos críticos identificados:

⚠ 1. O edital não define parâmetros objetivos para avaliação da exequibilidade das propostas

✦ **Risco jurídico:** Sem critérios claros, a análise da exequibilidade fica subjetiva, podendo resultar na contratação de empresas **sem capacidade de execução**, que posteriormente descumpram suas obrigações contratuais.

☑ Recomendações:

✓ Estabelecer critério objetivo para análise da exequibilidade, determinando que propostas com valores inferiores a 85% da média da pesquisa de mercado sejam acompanhadas de:

- **Memória de cálculo detalhada** demonstrando a viabilidade econômica da oferta;
- **Justificativa técnica do fornecedor**, descrevendo como conseguirá fornecer os produtos ou serviços pelo valor proposto;
- **Documentação complementar**, caso a Administração solicite esclarecimentos adicionais sobre a viabilidade da execução.

MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

✓ Permitir a desclassificação de propostas consideradas manifestamente inexecutáveis, nos termos do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021, caso o licitante não consiga demonstrar a viabilidade econômica da proposta.

4.2. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato:

O equilíbrio econômico-financeiro é um direito do contratado e um dever da Administração, garantindo que as condições inicialmente pactuadas no contrato **não sejam alteradas por fatores externos**, como inflação, variação cambial ou aumento de custos de insumos.

✦ Verificação no edital:

✓ O edital prevê a possibilidade de reajuste contratual, nos termos do artigo 124 da Lei nº 14.133/2021, para corrigir eventuais distorções econômicas ao longo da vigência do contrato.

✓ O reajuste de preços está vinculado a índices oficiais, permitindo a atualização dos valores conforme a realidade do mercado.

♦ Pontos críticos identificados:

⚠ 2. O edital não especifica expressamente qual índice será utilizado para o reajuste dos valores contratados

✦ **Risco jurídico:** A ausência de um índice de reajuste pode gerar divergências interpretativas, dificultando a aplicação do reajuste e prejudicando a previsibilidade financeira para os fornecedores.

☑ Recomendações:

✓ Definir expressamente no edital qual índice oficial será utilizado para o reajuste contratual, como:

MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

- **IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)** – Recomendado para contratos de bens e serviços de consumo geral;
- **IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado)** – Utilizado para contratos sujeitos à variação cambial ou insumos específicos.

✓ **Prever a aplicação do reajuste após 12 meses de vigência do contrato**, conforme disposto no **artigo 124 da Lei nº 14.133/2021**, garantindo que os valores permaneçam atualizados ao longo do período contratual.

✓ **Permitir revisão contratual caso ocorra desvalorização dos preços dos produtos**, assegurando que a Administração **não pague valores desatualizados em um cenário de queda nos custos de mercado**.

4.3. Gestão do equilíbrio econômico-financeiro do contrato:

✦ Verificação no edital:

✓ O edital prevê que qualquer reajuste ou revisão contratual deverá ser formalizado por meio de termo aditivo, garantindo a transparência do processo.

♦ Pontos críticos identificados:

⚠ **3. O edital não detalha os procedimentos para solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro**

✦ **Risco jurídico:** Caso ocorra uma elevação inesperada dos custos dos insumos, a contratada poderá solicitar a revisão do contrato, mas o edital **não estabelece prazos ou critérios claros para essa solicitação**, o que pode gerar disputas administrativas.

☑ **Recomendações:**

MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

✓ Definir expressamente o prazo para que a contratada possa solicitar **reequilíbrio econômico-financeiro**, estabelecendo, por exemplo, um limite de **30 dias** após a constatação do fato gerador.

✓ Determinar que o pedido de reequilíbrio deve ser instruído com **documentos comprobatórios**, como notas fiscais, relatórios de mercado e parecer técnico que demonstre a necessidade da revisão contratual.

✓ Exigir análise da unidade técnica da Administração antes da decisão sobre o reequilíbrio, garantindo que a solicitação seja devidamente justificada e fundamentada.

Conclusão sobre a Exequibilidade das Propostas e o Equilíbrio Econômico-Financeiro:

A análise do **Pregão Eletrônico nº 007/2025** demonstrou que os mecanismos de avaliação da **exequibilidade das propostas e do equilíbrio econômico-financeiro do contrato precisam ser aprimorados** para evitar contratações inviáveis e garantir previsibilidade aos fornecedores.

◆ Principais ajustes recomendados:

☒ Incluir **critérios objetivos para análise da exequibilidade**, exigindo que propostas inferiores a **85% da média da pesquisa de mercado** sejam acompanhadas de justificativa técnica e memória de cálculo.

☒ Permitir a **desclassificação de propostas manifestamente inexequíveis**, caso o fornecedor **não consiga demonstrar a viabilidade da execução contratual**.

☒ Definir expressamente o **índice oficial de reajuste contratual (IPCA ou IGP-M)**, assegurando previsibilidade financeira ao contrato.

MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

☑ **Estabelecer critérios claros para solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro**, determinando prazos e documentação necessária para análise da Administração.

Com essas adequações, a contratação estará em **plena conformidade com a Lei nº 14.133/2021**, garantindo **segurança jurídica, economicidade e execução eficiente do contrato**.

5. Penalidades e Sanções:

A previsão de penalidades em contratos administrativos tem o objetivo de garantir o cumprimento das obrigações contratuais pelos fornecedores, **coibindo condutas inadequadas e protegendo o interesse público**.

A análise das penalidades previstas no **Pregão Eletrônico nº 007/2025** será realizada com base nos **artigos 156 a 160 da Lei nº 14.133/2021**, bem como nos princípios da **proporcionalidade, razoabilidade, contraditório e ampla defesa**.

5.1. Tipificação das penalidades aplicáveis:

✦ Verificação no edital:

✓ O edital prevê a aplicação de penalidades para inexecução total ou parcial do contrato, conforme determina a **Lei nº 14.133/2021**.

✓ As penalidades aplicáveis incluem advertência, multa, suspensão temporária e declaração de inidoneidade, nos termos do **artigo 156 da Lei nº 14.133/2021**.

◆ Pontos críticos identificados:

⚠ 1. O edital não define critérios objetivos para aplicação das penalidades

MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

✦ **Risco jurídico:** A falta de um critério de gradação pode gerar questionamentos administrativos e judiciais sobre a proporcionalidade da penalidade aplicada.

☑ **Recomendações:**

✓ **Estabelecer a gradação das penalidades**, vinculando cada sanção à gravidade da infração, da seguinte forma:

- **Advertência:** Para infrações leves, sem impacto direto na execução do contrato.
- **Multa:** Para atrasos na entrega ou fornecimento inadequado dos bens.
- **Suspensão temporária:** Em casos de reincidência ou prejuízo financeiro significativo à Administração.
- **Declaração de inidoneidade:** Para infrações graves que comprometam a execução do contrato ou envolvam fraude.

✓ **Garantir que a aplicação de penalidades seja precedida de processo administrativo**, conforme prevê o **artigo 160 da Lei nº 14.133/2021**, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

5.2. Aplicação de multas:

✦ **Verificação no edital:**

✓ **O edital prevê a aplicação de multas em caso de descumprimento das obrigações contratuais**, garantindo um mecanismo compensatório para a Administração.

♦ **Pontos críticos identificados:**

⚠ **2. O edital não detalha os percentuais de multa e os critérios para seu cálculo**

✦ **Risco jurídico:** A falta de um percentual fixo pode gerar insegurança para os licitantes e dificultar a execução das penalidades.

MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

☒ **Recomendações:**

✓ **Definir percentuais fixos para a aplicação das multas**, conforme segue:

- **0,5% a 1% do valor do contrato por dia de atraso**, limitada a 10% do valor total.
- **5% do valor do contrato para descumprimento de cláusulas contratuais que não envolvam atraso.**
- **10% do valor do contrato em caso de rescisão unilateral por culpa do fornecedor.**

✓ **Permitir a compensação da multa com valores devidos ao contratado**, garantindo a eficiência na execução da sanção sem necessidade de processo judicial.

✓ **Prever que a aplicação da multa não impede outras penalidades**, permitindo a cumulação de sanções quando necessário, conforme o **artigo 157, § 1º, da Lei nº 14.133/2021**.

5.3. Suspensão e declaração de inidoneidade:

✚ **Verificação no edital:**

✓ **O edital prevê a aplicação de sanções de suspensão e declaração de inidoneidade**, conforme determina a **Lei nº 14.133/2021**.

◆ **Pontos críticos identificados:**

⚠ **3. O edital não especifica o prazo máximo para suspensão do direito de participar de licitações**

✚ **Risco jurídico:** A ausência de um prazo fixo pode gerar questionamentos e interpretações subjetivas.

☒ **Recomendações:**

✓ **Fixar o prazo de suspensão em até 5 anos**, conforme permitido pelo **artigo 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021**.

MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

✓ **Determinar que a declaração de inidoneidade terá validade mínima de 2 anos e permanecerá vigente até que o fornecedor comprove sua reabilitação, conforme prevê o artigo 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.**

✓ **Prever que a suspensão e a declaração de inidoneidade deverão ser aplicadas mediante decisão fundamentada da autoridade competente, garantindo transparência e segurança jurídica.**

5.4. Procedimento para aplicação das penalidades:

✦ Verificação no edital:

✓ **O edital prevê a necessidade de processo administrativo para aplicação das penalidades, assegurando o contraditório e a ampla defesa.**

◆ Pontos críticos identificados:

⚠ **4. O edital não estabelece prazos para apresentação de defesa e decisão sobre a penalidade**

✦ **Risco jurídico:** A ausência de prazos pode comprometer a celeridade do processo e gerar insegurança para os fornecedores.

☑ Recomendações:

✓ **Fixar prazo de 5 dias úteis para apresentação de defesa pelo fornecedor, garantindo o exercício do contraditório.**

✓ **Estabelecer prazo de até 10 dias úteis para análise e decisão da Administração, assegurando celeridade ao processo administrativo.**

✓ **Garantir que a decisão da Administração seja devidamente fundamentada e passível de recurso administrativo, conforme prevê o artigo 160 da Lei nº 14.133/2021.**

MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

Conclusão sobre as Penalidades e Sanções:

A análise do **Pregão Eletrônico nº 007/2025** demonstrou que o regime de penalidades **atende parcialmente** aos requisitos legais, mas **necessita de ajustes para garantir maior segurança jurídica e previsibilidade**.

◆ Principais ajustes recomendados:

☒ **Definir a gradação das penalidades**, estabelecendo critérios objetivos para sua aplicação.

☒ **Fixar percentuais claros para aplicação de multas**, evitando interpretações subjetivas e garantindo previsibilidade ao fornecedor.

☒ **Determinar o prazo máximo para suspensão do direito de contratar com a Administração**, alinhando-se aos limites legais.

☒ **Estabelecer prazos específicos para apresentação de defesa e decisão da Administração**, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

Com essas adequações, o regime de penalidades estará em **plena conformidade** com a **Lei nº 14.133/2021**, assegurando **segurança jurídica, transparência e eficiência na execução do contrato**.

6. Publicidade e Transparência do Certame:

A publicidade e a transparência são princípios fundamentais das licitações públicas, assegurando **igualdade de condições entre os licitantes e permitindo o controle social sobre os atos da Administração**.

A análise da publicidade e transparência do **Pregão Eletrônico nº 007/2025** será realizada com base nos **artigos 6º, 54 e 175 da Lei nº 14.133/2021**, bem como nos princípios da **isonomia, competitividade e impessoalidade**.

6.1. Divulgação do edital e dos atos do certame:

MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

✦ **Verificação no edital:**

✓ **O edital foi disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme exige o artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.**

✓ **O aviso de abertura do certame foi publicado em meio oficial, garantindo ampla divulgação do processo licitatório.**

✓ **O edital prevê prazos mínimos para impugnações e recursos administrativos, respeitando os prazos previstos na legislação.**

◆ **Pontos críticos identificados:**

⚠ **1. O edital não especifica expressamente os meios de publicidade a serem utilizados para eventuais retificações ou comunicados importantes**

✦ **Risco jurídico:** A ausência de previsão detalhada pode levar à alegação de falta de publicidade, caso eventuais modificações no edital ou cronograma não sejam amplamente divulgadas.

☑ **Recomendações:**

✓ **Incluir no edital a obrigação de publicar todas as retificações e comunicados no PNCP e no site oficial da Prefeitura, garantindo ampla publicidade aos atos do certame.**

✓ **Especificar os prazos para publicação de esclarecimentos e alterações no edital, evitando alegações de cerceamento de participação.**

6.2. Acesso à sessão pública do pregão eletrônico:

✦ **Verificação no edital:**

✓ **O edital assegura que a sessão pública será conduzida por meio de plataforma eletrônica acessível a todos os interessados, garantindo isonomia entre os participantes.**

MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

✓ A plataforma escolhida permite o acompanhamento em tempo real das propostas e lances, assegurando transparência ao certame.

♦ Pontos críticos identificados:

⚠ 2. O edital não menciona a gravação e arquivamento da sessão pública do pregão eletrônico

✚ **Risco jurídico:** A ausência de registro formal das etapas do pregão pode comprometer a rastreabilidade do procedimento e dificultar a análise de eventuais impugnações ou recursos administrativos.

☑ **Recomendações:**

✓ Determinar expressamente no edital que todas as sessões do pregão eletrônico deverão ser gravadas e arquivadas, garantindo a integridade do processo licitatório.

✓ Prever a disponibilização dos registros das sessões para consulta pública pelo prazo mínimo de 5 anos, conforme recomendado pelos órgãos de controle.

6.3. Respostas a impugnações e pedidos de esclarecimento:

✚ **Verificação no edital:**

✓ O edital prevê a possibilidade de impugnações e pedidos de esclarecimento, nos termos do artigo 164 da Lei nº 14.133/2021.

✓ O edital estabelece que as respostas aos questionamentos serão disponibilizadas a todos os interessados, garantindo isonomia e transparência.

♦ Pontos críticos identificados:

⚠ 3. O edital não fixa prazo máximo para resposta a impugnações e pedidos de esclarecimento

MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

✦ **Risco jurídico:** A indefinição de prazo pode gerar insegurança entre os licitantes, impactando a previsibilidade do certame.

☑ **Recomendações:**

✓ **Estabelecer um prazo máximo de 2 dias úteis para resposta a pedidos de esclarecimento e impugnações**, garantindo agilidade na condução do certame.

✓ **Definir que todas as respostas serão publicadas no PNCP e no site oficial**, assegurando a ampla divulgação das informações.

Conclusão sobre Publicidade e Transparência do Certame:

A análise do **Pregão Eletrônico nº 007/2025** demonstrou que as regras de publicidade e transparência **estão em conformidade com a legislação vigente**, mas **podem ser aprimoradas para garantir maior segurança jurídica e isonomia**.

◆ **Principais ajustes recomendados:**

☑ **Especificar expressamente que todas as retificações e comunicados serão publicados no PNCP e no site oficial da Prefeitura**, assegurando ampla publicidade.

☑ **Determinar a gravação e arquivamento das sessões públicas do pregão eletrônico**, garantindo rastreabilidade e transparência ao certame.

☑ **Fixar prazo máximo de 2 dias úteis para resposta a impugnações e pedidos de esclarecimento**, evitando insegurança para os licitantes.

Com essas adequações, o processo licitatório atenderá plenamente aos princípios da **publicidade, isonomia e eficiência**, conforme preceituado na **Lei nº 14.133/2021**.

7. Plataforma Eletrônica de Realização do Certame:

MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

A escolha da plataforma digital para a realização do **Pregão Eletrônico nº 007/2025** é um dos elementos mais críticos do certame, pois impacta diretamente a **transparência, a competitividade e a segurança jurídica** do processo licitatório.

Nos termos do **artigo 174 da Lei nº 14.133/2021**, as licitações devem ser realizadas **preferencialmente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**. Caso a Administração opte pelo uso de plataformas privadas, **é imprescindível que a decisão seja fundamentada em um Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, demonstrando a **vantajosidade técnica e econômica da escolha** em relação às alternativas públicas disponíveis.

Diante da relevância desse tema, a análise a seguir avaliará os impactos legais, econômicos e operacionais do uso de plataformas privadas, reforçando a necessidade de priorizar **ferramentas públicas gratuitas ou a obtenção de receitas pela concessão do direito de uso de plataformas privadas a terceiros**.

7.1. Fundamentação Legal e Princípios Aplicáveis:


A **Lei nº 14.133/2021**, em seu **artigo 18, inciso XXIII**, exige que **o planejamento de qualquer contratação pública, incluindo a escolha da plataforma digital, seja precedido de um Estudo Técnico Preliminar (ETP)** que demonstre a eficiência e vantajosidade da ferramenta escolhida. Esse estudo deve considerar:

☒ **Economicidade** – Redução de custos administrativos para a Administração e para os licitantes.

☒ **Competitividade** – Garantia de igualdade de condições entre os participantes.

☒ **Transparência** – Publicidade ampla e irrestrita dos atos do certame.

O **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCMG)** já se manifestou sobre a necessidade de fundamentação na escolha de plataformas privadas, reforçando a



MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

prioridade de uso de sistemas públicos ou a obtenção de contrapartida financeira pela utilização de plataformas privadas.

✦ **Decisão do TCEMG – Processo nº 1101746:**

"A escolha por plataformas privadas deve estar fundamentada em critérios técnicos que demonstrem sua superioridade em relação às ferramentas públicas, especialmente no que tange à economicidade e à competitividade. Na ausência de justificativa adequada, a utilização de sistemas privados pode comprometer a legalidade do certame e representar ônus desnecessário à Administração."

Dessa forma, para que a escolha da plataforma privada seja legalmente válida, a Administração deve:

✓ **Demonstrar, em estudo técnico preliminar, a necessidade do uso de ferramenta privada em detrimento do PNCP ou Compras.gov.br.**

✓ **Comprovar que a plataforma privada não gera custos adicionais aos licitantes** ou, caso gere, garantir que os valores arrecadados sejam revertidos para o interesse público.

✓ **Avaliar a possibilidade de monetização da ferramenta**, permitindo que o Município conceda direitos de uso a terceiros para equilibrar eventuais custos operacionais.

♦ **Pontos críticos identificados:**

⚠ **1. O edital não apresenta justificativa técnica e econômica para a escolha da plataforma utilizada**

MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

✦ **Risco jurídico:** Sem uma justificativa adequada, a escolha da plataforma pode ser questionada por órgãos de controle ou pelos próprios licitantes, podendo resultar na impugnação do certame.

☑ **Recomendações:**

✓ **Incluir no edital a justificativa técnica e econômica para a escolha da plataforma,** demonstrando sua adequação em relação ao PNCP.

✓ **Caso a Administração opte por plataforma privada, avaliar a possibilidade de obter contrapartida financeira** por meio da comercialização do direito de uso do sistema a terceiros.

7.2. Vantagens do Uso de Plataformas Públicas:

O **Compras.gov.br** e outras plataformas públicas oferecem vantagens operacionais significativas, garantindo maior **inclusão, acessibilidade e controle social** sobre o certame.

1 Gratuidade e Economicidade

- **Plataformas públicas são gratuitas para a Administração e para os licitantes,** eliminando barreiras financeiras que possam restringir a participação.
- **O uso de ferramentas privadas pode gerar custos adicionais** aos licitantes, impactando especialmente microempresas e empresas de pequeno porte.

2 Competitividade e Isonomia

- **O artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal assegura que todos os concorrentes devem ter igualdade de condições,** e qualquer restrição indevida pode comprometer a legalidade do certame.
- **O Estatuto da Microempresa (Lei Complementar nº 123/2006) reforça que as licitações devem eliminar barreiras que dificultem a participação de MEs e EPPs,** garantindo concorrência mais justa.

MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

3 Transparência e Controle Social

- O **Compras.gov.br** oferece integração direta com o PNCP, permitindo **acesso irrestrito aos atos do certame por cidadãos, licitantes e órgãos de controle**.
- O uso de plataformas privadas pode dificultar a publicidade do certame e comprometer a rastreabilidade do processo licitatório.

✦ Riscos do uso de plataformas privadas:

⚠ **A cobrança de taxas ou custos adicionais pode afastar potenciais licitantes**, reduzindo a competitividade do pregão.

⚠ **A compatibilidade com o PNCP e a proteção dos dados sensíveis podem não ser garantidas**, comprometendo a segurança e a transparência do processo.

☑ Recomendações:

✓ **Priorizar o uso de plataformas públicas, como o Compras.gov.br**, sempre que possível.

✓ **Caso a opção por plataforma privada seja mantida, elaborar um Estudo Técnico Preliminar (ETP) detalhado**, justificando técnica e economicamente a escolha.

✓ **Considerar a venda do direito de uso da plataforma privada a terceiros**, monetizando a ferramenta para cobrir eventuais custos operacionais.

7.3. Conclusão sobre a Plataforma Eletrônica de Realização do Certame:

A análise do **Pregão Eletrônico nº 007/2025** demonstrou que a plataforma utilizada **atende aos requisitos mínimos da Lei nº 14.133/2021**, mas apresenta **falhas que precisam ser corrigidas para garantir maior transparência, acessibilidade e segurança jurídica**.

◆ Principais ajustes recomendados:

MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

☒ **Justificar no edital a escolha da plataforma eletrônica utilizada,** demonstrando sua adequação técnica e econômica em relação ao PNCP.

☒ **Caso a plataforma privada seja mantida, considerar a possibilidade de monetização da ferramenta,** concedendo direitos de uso a terceiros para equilibrar eventuais custos operacionais.

☒ **Fixar prazo mínimo de 5 anos para arquivamento dos registros do pregão,** assegurando rastreabilidade e transparência.

☒ **Determinar a disponibilização dos registros do pregão para consulta pública,** assegurando amplo controle social sobre o certame.

Com essas adequações, a realização do pregão eletrônico estará em **plena conformidade com a Lei nº 14.133/2021**, garantindo **segurança jurídica, publicidade e ampla competitividade**.

IV – CONCLUSÃO:

Diante da análise realizada sobre o **Pregão Eletrônico nº 007/2025**, verifica-se que o certame **atende, em sua essência, aos princípios e diretrizes da Lei nº 14.133/2021**, assegurando a publicidade, isonomia, economicidade e competitividade. Contudo, foram identificados **pontos críticos que demandam ajustes para garantir maior segurança jurídica, transparência e eficiência na execução do contrato**.

As principais recomendações jurídicas para aprimoramento do edital são:

☒ **Minuta do Edital:**

✓ Incluir **um resumo detalhado do objeto** no próprio edital, evitando que as especificações fiquem apenas no Termo de Referência.

MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

✓ Revisar cláusulas genéricas, assegurando **clareza e precisão** na definição dos direitos e obrigações das partes.

☒ **Critérios de Julgamento das Propostas:**

✓ Definir parâmetros objetivos para análise da **exequibilidade das propostas**, exigindo justificativas para valores inferiores a 85% da média de mercado.

✓ Garantir que as **micro e pequenas empresas tenham 5 minutos para oferecer nova proposta em caso de empate**, conforme a Lei Complementar nº 123/2006.

☒ **Habilitação e Qualificação dos Licitantes:**

✓ **Exigir atestados de capacidade técnica**, comprovando experiência no fornecimento dos bens licitados.

✓ **Determinar índices financeiros objetivos**, assegurando que a empresa possui solidez econômico-financeira para cumprir o contrato.

☒ **Exequibilidade das Propostas e Equilíbrio Econômico-Financeiro:**

✓ **Estabelecer um índice oficial de reajuste contratual (IPCA ou IGP-M)**, garantindo previsibilidade ao fornecedor.

✓ **Fixar prazos e critérios para solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro**, prevenindo distorções contratuais.

☒ **Penalidades e Sanções:**

✓ **Definir a graduação das penalidades**, vinculando cada sanção à gravidade da infração.

✓ **Fixar percentuais claros para aplicação de multas**, evitando interpretações subjetivas.

☒ **Publicidade e Transparência do Certame:**

MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

✓ **Garantir que todas as retificações e comunicados sejam publicados no PNCP e no site oficial**, assegurando ampla publicidade.

✓ **Determinar a gravação e arquivamento das sessões públicas do pregão eletrônico**, garantindo rastreabilidade.

☑ **Plataforma Eletrônica de Realização do Certame:**

✓ **Justificar no edital a escolha da plataforma eletrônica utilizada**, demonstrando sua adequação técnica e econômica em relação ao PNCP.

✓ **Caso a plataforma privada seja mantida, considerar a possibilidade de monetização da ferramenta**, concedendo direitos de uso a terceiros para equilibrar eventuais custos operacionais.

✓ **Fixar prazo mínimo de 5 anos para arquivamento dos registros do pregão**, assegurando rastreabilidade e transparência.

As correções apontadas são **fundamentais para garantir a legalidade e a eficiência do certame**, prevenindo questionamentos administrativos ou judiciais que possam comprometer sua realização. A necessidade de ajustes no edital visa **assegurar maior segurança jurídica e promover a ampla concorrência**, garantindo que o processo licitatório alcance **o melhor custo-benefício para a Administração Pública**.

O parecer tem **CARÁTER OPINATIVO E PREVENTIVO**, servindo como instrumento de auxílio à autoridade competente para a tomada de decisão, sem vinculá-la. **A decisão final sobre o prosseguimento do certame cabe à Administração**, conforme os princípios da **conveniência e oportunidade**.

Nos termos do **artigo 53 da Lei nº 14.133/2021**, este parecer jurídico é de natureza **OPINATIVA E NÃO VINCULANTE**, com a finalidade de **subsidiar a decisão da**



MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000

autoridade administrativa. A decisão final sobre **adjudicação e homologação** é de **competência discricionária da autoridade competente**, que deve ponderar a **regularidade documental e os requisitos legais aplicáveis**.

Por fim, **submete-se o presente parecer à apreciação da autoridade competente**, reiterando que sua finalidade é **auxiliar a Administração Pública na tomada de decisões informadas e juridicamente seguras**.

É o parecer jurídico.

Ribeirão Vermelho – MG, na data da assinatura digital.


**MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE**

Assinado digitalmente por MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC OAB,
OU=08333951000194, OU=Certificado
Digital, OU=Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS VINICIUS
NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: Ribeirão Vermelho - MG
Data: 2025.03.17 11:20:21-03'00'

MARCOS VINÍCIUS NARDELLI ANDRADE

Advogado - OAB/MG: 159.250

Assessor Parecerista em Licitações



**MARCOS
VINICIUS
NARDELLI
ANDRADE**

Assinado digitalmente por
MARCOS VINICIUS NARDELLI
ANDRADE
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
AC OAB, OU=08333951000194,
OU=Certificado Digital, OU=
Assinatura Tipo A3, OU=
ADVOGADO, CN=MARCOS
VINICIUS NARDELLI ANDRADE
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Ribeirão Vermelho
- MG
Data: 2025.03.17
11:19:57
-03'00'

Itumirim/MG
Avenida Hélio Paiva, 54 - Centro - CEP 37.210-000